

PODER

Centrão vai ao STF para o IOF não ter aumento

Ofensiva é em reação às medidas impetradas por PSol e AGU, que pediram a derrubada da decisão do Congresso. Signatários do recurso são partidos com cargos no governo

» ISRAEL MEDEIROS

Sete partidos do Centrão protocolaram, ontem, uma ação no Supremo Tribunal Federal para manter a decisão do Congresso que derrubou a alta nas alíquotas do Imposto Sobre Operações Financeiras. A Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) é uma reação às medidas apresentadas pelo PSol e pela Advocacia-Geral da União (AGU), com o aval do Palácio do Planalto, para restaurar os efeitos do decreto do IOF.

Assinam a ação PSDB, Solidariedade, Progressistas (PP), União Brasil, PRD, Republicanos, Podemos e Avante. Desses, PP, União Brasil e Republicanos têm cargos no primeiro escalão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, embora nunca tenham entregado apoio maciço às propostas enviadas pelo governo ao Congresso.

“A ação busca assegurar a segurança jurídica e evitar decisões conflitantes nos tribunais sobre o tema, garantindo estabilidade para a economia e para quem depende de crédito no dia a dia. Para os partidos, o Congresso agiu corretamente ao barrar medidas que aumentavam impostos sem passar pelo devido processo legislativo”, disse o PSDB em nota.

Ação do governo, protocolada em 1º de julho, foi descrita por deputados de oposição como o início de uma “guerra” contra o Legislativo. O argumento é que o Executivo tenta invadir as competências do Congresso ao recorrer ao STF. O Planalto foi avisado com antecedência por aliados de que acionar a Suprema Corte — considerando que o Congresso já vê um clima de cumplicidade entre Executivo e Judiciário desde o bloqueio das emendas parlamentares, no ano passado — seria desastroso para as articulações políticas.

Essa análise é compartilhada tanto por nomes do Centrão, ouvidos pelo **Correio** nas últimas semanas, quanto por petistas que defenderam publicamente a judicialização, mas ponderaram as consequências políticas ao governo nos bastidores. Sem emendas e em um cenário de queda de popularidade, somada à necessidade de ajustar as contas públicas, os cargos no governo indicados por siglas do Centrão valem bem menos que no início do atual governo.

Alcolumbre quer limitar ida à Corte

» DANANDRA ROCHA

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), deu início a uma nova ofensiva para conter o que chama de “judicialização excessiva da política”. Ele pretende apresentar, na próxima reunião de líderes, uma proposta para restringir quem pode acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) contra leis aprovadas pelo Congresso. A iniciativa é uma reação à ação impetrada pelo PSol, que pede à Corte que derrube a decisão do Legislativo que invalidou o decreto do governo aumento a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

“Vou trazer, na próxima reunião de líderes, quem são os legítimos que podem acessar o STF para questionar qualquer lei votada no Congresso. Esse é um problema seriíssimo que temos no Brasil. Hoje está muito aberto e todo mundo pode questionar uma legislação votada pelo Parlamento brasileiro”, afirmou.

A proposta, ainda em elaboração, pretende fixar critérios de representatividade no Congresso para que partidos possam entrar com ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs). Atualmente, qualquer legenda com ao menos um deputado ou senador pode acionar o Supremo. Alcolumbre pretende uma

“Nós contra eles” deixa as redes sociais e chega às ruas

Reprodução/Redes sociais



O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e a Frente Povo Sem Medo invadiram, ontem, a sede do banco Itaú, na Avenida Faria Lima, Zona Oeste de São Paulo, principal símbolo do mercado financeiro do Brasil. A manifestação teve como foco a defesa da reforma tributária e a taxação dos super-ricos. “O recado do povo é claro: o Brasil precisa de Justiça

tributária”, escreveu o deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) em seu perfil no X (antigo Twitter), com fotos dos manifestantes segurando cartazes com as reivindicações. Nas redes sociais, a invasão repercutiu principalmente entre opositores ao governo, que chegaram a comparar a invasão ao prédio privado aos ataques do 8 de Janeiro, em Brasília.

O próprio Lula admitiu, nesta semana, que a decisão pela judicialização se deu pela falta de entendimento com o Congresso. Ponderou que se não recorresse ao Judiciário, não conseguiria governar o país. “Eu sou um cara agradecido ao Congresso. Eu não sou um cara que tem rivalidade com o Congresso. O Congresso aprovou muitas coisas que a gente queria. No mesmo dia que ele aprovou o decreto legislativo derrubando o IOF, ele aprovou uma série de coisas, eu sou agradecido. Mas se eu não entrar com recurso no Poder Judiciário, se eu não for à Suprema Corte, eu não governo mais o país”, afirmou, em entrevista a uma emissora na Bahia.

Lula também citou, nessa mesma entrevista, o descumprimento do acordo celebrado pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre

(União-AP), no começo do mês. A reunião, que durou mais de cinco horas, tinha como objetivo apurar as arestas entre Executivo e Legislativo sobre as altas do IOF.

Acordo rompido

O combinado era o governo rever o decreto e o Congresso dar seguimento às alternativas arrecadatórias. Mas, no dia seguinte, a cúpula do Legislativo negou ter compromisso com a aprovação das medidas. Naquela semana, Motta disse, em um evento do Lide em parceria com o **Correio**, que as medidas propostas pela equipe econômica não teriam vida fácil no Congresso.

A quebra de acordo e a derrota imposta pelos presidentes da Câmara e do Senado ensejaram uma série de críticas a Motta. O líder do governo, José Guimarães (PT-CE), e a ministra Gleisi vieram a público, nesta semana, para defendê-lo e amenizar a situação.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), no entanto, voltou a falar sobre o descumprimento do acordo, ontem, em entrevista a um podcast. Disse, também, que a ação do governo no STF se deu por causa da mudança de posição dos presidentes da Câmara e do Senado.

“Quem está na política tem que estar preparado para a vitória e para a derrota. Mas o que me abateu é que eu estive na reunião sobre o IOF com todos os líderes. Foi uma conversa muito esclarecedora, na qual fechamos o acordo. Quatro dias depois, tudo mudou sem dizer por quê? Combinado sai barato. A gente entrou no Supremo contra a derrubada do decreto do IOF porque ele não é uma medida inconstitucional. No governo anterior, houve momentos em que a taxa foi maior da que está previsto no decreto. Na minha opinião, houve uma quebra de acordo, mas não aposto no ‘tocar fogo’. Aposto na negociação”, afirmou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Economia vai bem, mas disputa eleitoral precoce atrapalha

O Ibovespa bateu novo recorde ontem, em meio a uma crise política protagonizada pelo Palácio do Planalto e o Congresso, em razão da antecipação da disputa eleitoral de 2026, tanto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto pela oposição, que é liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. A Bolsa avançou 1,35% e encerrou o dia aos 140.928 pontos, atingindo um novo recorde. Até então, o maior nível havia sido registrado em 20 de maio, quando bateu 140.110 pontos. O dólar continua em queda, cotado a R\$ 5,4049, o menor nível desde junho de 2024 (R\$ 5,3605).

Como explicar uma situação como essa, num momento em que as análises são as mais catastrofistas em relação ao desempenho da economia por parte dos analistas do mercado financeiro e dos políticos de oposição? Ainda mais num momento de impasse em relação ao ajuste fiscal, no qual o governo quer aumentar a arrecadação e não cortar os gastos sociais, enquanto a oposição e o mercado pregam exatamente o contrário.

Por exemplo: os investidores estrangeiros injetaram cerca de R\$ 21,5 bilhões na Bovespa até maio, o maior ingresso desde 2019. Isso impulsiona as ações de empresas com maior liquidez e pressionam o índice para cima. Em parte, a expectativa de desaceleração do ciclo de juros também influenciou o comportamento da Bolsa, porque a ata do Copom sinalizou o fim do ciclo de alta da Selic (14,75% ao ano), o que favorece bancos e setores alavancados.

Um outro fator é a trégua de 90 dias entre Estados Unidos e China, que derrubou incertezas da guerra comercial, beneficiando especialmente commodities. Com isso, as cotações de minério de ferro e petróleo subiram, o que favorece ações de empresas brasileiras do setor, como a Vale e Petrobras. O ambiente internacional também ajuda, porque a inflação nos EUA veio abaixo do esperado e aumentaram as chances de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed), o banco central norte-americano, que está sendo muito criticado pelo presidente Donald Trump. O impacto nos mercados emergentes, como o do Brasil, é positivo.

Mesmo batendo recordes, o Ibovespa ainda está “barato” em reais, quando cotado em dólares ou corrigido pela inflação. Isso atrai investidores estrangeiros que buscam valorizações. Por isso, o Ibovespa subiu +1,35% e atingiu a nova máxima de cinco anos, puxada pelos setores de finanças, energia e utilidades. Em maio, já havia rompido pela primeira vez a barreira dos 140 mil pontos, superando 140.203 no chamado intraday — as operações ou eventos que ocorrem dentro de um único dia de negociação, entre a abertura e o fechamento do mercado.

Impasses

Entretanto, quem olha para o cenário político tem sobras de razões para ser pessimista, porque o impasse entre o Palácio do Planalto e o Congresso transbordou para as redes sociais de forma muito virulenta e a radicalização ultrapassou os limites das narrativas. Ontem, manifestantes invadiram a sede do Banco Itaú, na Avenida Faria Lima, em São Paulo, em protesto pela não taxação de super-ricos. Imagens publicadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) mostram dezenas de pessoas invadindo o edifício com cartazes de mensagens como “Chega de mamata”, “Taxação dos super-ricos já” e “O povo não vai pagar a conta”.

Além do MTST, a chamada Frente Povo sem Medo, que reúne militantes do PT e do PSol, participou da invasão, que está sendo atribuída ao deputado federal Guilherme Boulos (PSol-SP), que havia prometido organizar um protesto contra deputados e senadores após derrubarem o decreto do governo que aumentava as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), na semana passada. A invasão ocorreu um dia depois de o PT realizar um evento on-line para organizar a militância e influenciadores digitais, com objetivo de partir para o ataque em defesa do governo e de políticas de “justiça social”.

Episódios como esse não ajudam o governo nas negociações com o Congresso e atacam a oposição a se radicalizar ainda mais. É uma ação que parece até provocação, porque a proposta de aumento das alíquotas do IOF não atinge os bancos tradicionais, como o Itaú, mas apenas as fintechs, os bancos digitais, que pagam muito menos impostos. A questão fiscal virou uma guerra de narrativas que miram as eleições de 2026. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva caiu nessa armadilha ao tentar responder à queda de popularidade nas pesquisas, que reduzem sua expectativa de poder e enfraquecem o Executivo na relação com o Congresso.

Ainda bem que os ministros do Supremo Tribunal Federal, que estão em contato com os caciques do Congresso, em Lisboa, estão conversando para apagar o fogaréu da crise entre Poderes. Relator das ações que tratam das emendas impositivas no STF, o ministro Flavio Dino, por exemplo, conforme relato de nossa colega Ana Maria Campos, colunista do **Correio Braziliense**, anunciou que o Judiciário arbitrará uma solução para o impasse, “se não houver uma conciliação entre Executivo e Legislativo”.

O ministro falou sobre o assunto ao participar do painel “Governança Orçamentária e Democracia em Regimes Presidencialistas”, ontem, no XIII Fórum de Lisboa. Segundo Dino, quando as emendas impositivas nasceram, o país passou a ter dificuldades de governabilidade com vários presidentes da República de diferentes partidos. Dino afirma que o STF não quer resolver a questão sozinho, mas o país não pode enfrentar impasses atrás de impasses por causa dessas emendas.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Senador: proposta para restringir ações será levada à reunião de líderes

espécie de filtro, exigindo um número mínimo de parlamentares para legitimar esses pedidos. Ele argumenta, ainda, que a mudança fortalecerá o papel do Legislativo e reduzirá o desgaste institucional com o STF, cada vez mais requisitado para atuar como árbitro de embates entre os Poderes.

A movimentação do PSol contra a derrubada do IOF irritou a cúpula do Congresso, o Centrão e a oposição ao Palácio do Planalto. Para

eles, o partido se expõe para evitar o desgaste direto do PT no Senado e na Câmara. Somente neste ano, a legenda já questionou a resolução que regulamentou a execução das emendas parlamentares e, também, a suspensão de uma ação contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ).

O PSol é também autor de outras ações que causaram atrito entre o Judiciário e o Legislativo. É o caso do julgamento que avalia a

descriminalização do aborto em até 12 semanas de gestação e da decisão da Corte em suspender resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que proibia médicos de realizarem o procedimento de assistolia fetal em gestações com mais de 22 semanas resultantes de estupro.

A ideia de restringir o acesso ao STF não é nova. Em 2023, líderes do Congresso chegaram a discutir um projeto semelhante, que estabelecia um piso mínimo de 15 deputados para que um partido pudesse ingressar com ações diretas no Supremo. O texto chegou a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, mas não avançou.

Naquela configuração, partidos como o Novo (com cinco deputados) e a federação PSol-Rede (com 14) estariam impedidos de recorrer à Corte. O deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) tentou barrar a iniciativa com uma emenda, alegando que a mudança feria o direito de representação das minorias parlamentares.

Pelo inciso 8º do artigo 103 da Constituição, não há restrições para que um partido político com representação no Congresso mova uma ação no STF. Ou seja, não existe qualquer cláusula sobre o número de deputados ou senadores necessários para que uma legenda recorra à Corte.